

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 005/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 005/2025 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 11

Improcedem as alegações do recorrente.

No Ubuntu Linux (e em distribuições baseadas em Linux), o comando cmd não existe como um comando nativo.

O comando correto para exibir o caminho completo do diretório atual é pwd (print working directory).

cmd é um comando do Windows, que abre o prompt de comando do Windows, e não tem função no terminal Linux.

O Ubuntu Linux usa, por padrão, sistemas de arquivos como ext4, e não o sistema de arquivos padrão da Microsoft (NTFS ou FAT32).

Além disso, mesmo que o Linux possa ler e escrever em sistemas de arquivos NTFS (com suporte adicional), isso não implica que comandos do Windows, como cmd, funcionem no terminal Linux.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 13

Improcedem as alegações do recorrente.

- a) curl – Utilizado para transferir dados de ou para um servidor, geralmente HTTP, mas não exibe informações de rede locais.
- b) ping – Usado para testar a conectividade com outro host, mas não mostra configurações da rede local.
- c) wget – Ferramenta de download de arquivos da web via HTTP/HTTPS/FTP; também não exibe informações sobre as interfaces de rede.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 19

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão teve apenas um erro de digitação, não influenciando na resposta correta.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 20

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com o IPECE – Mapa de Tianguá, o único item correto é aquele que menciona “Rio Catarina.”

Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/12/mapas_municipais_Tiangua_2021.pdf

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 22

Improcedem as alegações do recorrente.

Tabela 1. Classificação dos níveis de infestação/dispersão

Níveis (%)	Classificação
> 50	Altíssima
26 – 50	Alta
1 – 25	Média
zero	Baixa

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/animais-peconhentos/acidentes-por-escorpiones/publicacoes/manual-de-controle-de-escorpiones-2009/view>

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 23

Improcedem as alegações do recorrente.

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.602, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNS

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 25

Improcedem as alegações do recorrente.

Biologia e hábitos do vetor (*Lutzomyia longipalpis* – Mosquito Palha). Doença (no homem e no cão): definição, agente causador, modo de transmissão, períodos de incubação e de transmissibilidade, diagnóstico e tratamento. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/l/lt/arquivos/nota-informativa-no-13-2020-cgzv-deidt-svs-ms>

Ministério da Saúde

Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis

Coordenação-Geral de Vigilância de Zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial

NOTA INFORMATIVA Nº 13/2020-CGZV/DEIDT/SVS/MS

1. ASSUNTO

1.1. Orientações sobre o uso da miltefosina para o tratamento da Leishmaniose Tegumentar no âmbito do Sistema Único de Saúde.

2. CONTEXTO

2.1. A Portaria nº 56, de 30 de outubro de 2018, tornou pública a decisão de incorporar a miltefosina para o tratamento da Leishmaniose Tegumentar, em primeira linha de tratamento, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 27

Improcedem as alegações do recorrente.

Biologia e hábitos do vetor (*Lutzomyia longipalpis* – Mosquito Palha). Doença (no homem e no cão): definição, agente causador, modo de transmissão, períodos de incubação e de transmissibilidade, diagnóstico e tratamento. Reservatórios. Medidas Preventivas. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/l/leishmaniose-visceral>

Prevenção

A prevenção da Leishmaniose Visceral ocorre por meio do combate ao inseto transmissor. É possível mantê-lo longe, especialmente com o apoio da população, no que diz respeito à higiene ambiental. Essa limpeza deve ser feita por meio de:

- Limpeza periódica dos quintais, retirada da matéria orgânica em decomposição (folhas, frutos, fezes de animais e outros entulhos que favoreçam a umidade do solo, locais onde os mosquitos se desenvolvem).
- Destino adequado do lixo orgânico, a fim de impedir o desenvolvimento das larvas dos mosquitos.
- Limpeza dos abrigos de animais domésticos, além da manutenção de animais domésticos distantes do domicílio, especialmente durante a noite, a fim de reduzir a atração dos flebotomíneos para dentro do domicílio.
- Uso de inseticida (aplicado nas paredes de domicílios e abrigos de animais). No entanto, a indicação é apenas para as áreas com elevado número de casos, como municípios de transmissão intensa (média de casos humanos dos últimos 3 anos acima de 4,4), moderada (média de casos humanos dos últimos 3 anos acima de 2,4) ou em surto de leishmaniose visceral.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 31

Improcedem as alegações do recorrente.

Padrões de potabilidade de água para consumo humano, sistema público de abastecimento de água, inspeções para sistema de abastecimentos de água. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt0888_24_05_2021_rep.html

Ministério da Saúde

Gabinete do Ministro

PORTARIA GM/MS Nº 888, DE 4 DE MAIO DE 2021 (*)

Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

ANEXO 11

TABELA DE PADRÃO ORGANOLÉPTICO DE POTABILIDADE

Parâmetro	CAS	Unidade	VMP(1)				
				Monoclorobenzeno	108-90-7	mg/L	0,02
Alumínio	7429-90-5	mg/L	0,2	Sódio	7440-23-5	mg/L	200
Amônia (como N)	7664-41-7	mg/L	1,2	Sólidos dissolvidos totais		mg/L	500
Cloreto	16887-00-6	mg/L	250	Sulfato	14808-79-8	mg/L	250
Cor Aparente (2)		uH	15	Sulfeto de hidrogênio	7783-06-4	mg/L	0,05
1,2 diclorobenzeno	95-50-1	mg/L	0,001	Turbidez (3)		uT	5
1,4 diclorobenzeno	106-46-7	mg/L	0,0003	Zinco	7440-66-6	mg/L	5
Dureza total		mg/L	300				
Ferro	7439-89-6	mg/L	0,3				
Gosto e odor		Intensidade	6				
Manganês	7439-96-5	mg/L	0,1				

NOTAS:

1. Valor máximo permitido.
2. Unidade Hazen (mgPt-Co/L).
3. Unidade de turbidez.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 34

Improcedem as alegações do recorrente.

Ministério da Saúde

Gabinete do Ministro

Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de Setembro de 2017

Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

TÍTULO II

DO CUSTEIO DA ATENÇÃO BÁSICA

(Origem: PRT MS/GM 204/2007, CAPÍTULO II, Seção I)

Art. 9º O Bloco da Atenção Básica é constituído por dois componentes: (Origem: PRT MS/GM 204/2007, Art. 9º)

I - Componente Piso da Atenção Básica Fixo (PAB Fixo); e (Origem: PRT MS/GM 204/2007, Art. 9º, I)

II - Componente Piso da Atenção Básica Variável (PAB Variável). (Origem: PRT MS/GM 204/2007, Art. 9º, II)

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 35

Improcedem as alegações do recorrente.

Altera o Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas doenças na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos em de saúde pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, e modifica o Anexo XLIII à Portaria de Consolidação MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para revogar o item I da Lista Nacional de Doenças e Agravos a serem monitorados pela Estratégia de Vigilância Sentinela. ANEXO I

LISTA NACIONAL DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DE DOENÇAS, AGRAVOS E EVENTOS DE SAÚDE PÚBLICA (Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação MS nº 4, de 28 de setembro de 2017)

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 38

Improcedem as alegações do recorrente.

Presidência da República

Secretaria-Geral

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 11.367, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Institui a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento, restabelece o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm e dispõe sobre os Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado, na Mata Atlântica, na Caatinga, no Pampa e no Pantanal.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 40

Improcedem as alegações do recorrente.

Princípios e Diretrizes

A Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS) segue alguns princípios importantes que buscam garantir que todos tenham acesso à saúde:

- Universalidade: Todos têm direito aos serviços de vigilância em saúde, sem discriminação.
- Integralidade: As ações de vigilância estão integradas ao atendimento em saúde, desde a prevenção até o tratamento.
- Equidade: As pessoas que mais precisam, como aquelas em áreas mais vulneráveis, recebem atenção prioritária.
- Conhecimento do território: A saúde começa entendendo as necessidades locais, utilizando a epidemiologia e a avaliação de risco para definir prioridades e alocar recursos de maneira eficiente.
- Descentralização: Cada esfera de governo tem autonomia para organizar suas ações de vigilância, mas todas devem seguir uma direção única.
- Regionalização: A vigilância deve estar integrada às redes de saúde regionais, respeitando as peculiaridades de cada área.

Para que os princípios sejam colocados em prática, a PNVS estabelece algumas diretrizes:

- Fortalecer a integração entre os diferentes serviços de saúde.
- Promover a participação da sociedade nas ações de vigilância.
- Usar tecnologias modernas para melhorar a detecção e resposta a ameaças à saúde.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XIV do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 28 de maio de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 005/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **012 – AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 005/2025 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 06

Improcedem as alegações do recorrente.

“Embora os raios X estejam no espectro perigoso, eles são também uma ferramenta fundamental na medicina”.

O verbo “estejam” está no presente do subjuntivo.

A locução “embora” é uma conjunção que exige o uso do subjuntivo, pois expressa uma ideia de concessão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 10

Improcedem as alegações do recorrente.

O único item correto é aquele que menciona “Adjunto adnominal.” Dessa forma, a questão permanece.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 14

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a um erro material na questão. Dessa forma, a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 19

Improcedem as alegações do recorrente.

O conteúdo da questão, entra no tema de Aspectos geográficos. Dessa forma, a questão permanece.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

Ministério da Saúde

Composição > Vigilância em Saúde e Ambiente > Saúde do Trabalhador

Saúde do Trabalhador: A Saúde do Trabalhador é o conjunto de atividades do campo da saúde coletiva que se destina, por meio das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

Objetivos:

- Conhecer a realidade de saúde da população trabalhadora, independente da forma de inserção no mercado de trabalho e do vínculo trabalhista estabelecido;
- Intervir nos fatores determinantes de agravos à saúde da população trabalhadora, visando eliminá-los ou, na sua impossibilidade, atenuá-los;
- Avaliar o impacto das medidas adotadas para a eliminação, atenuação e controle dos fatores determinantes e agravos à saúde;
- Subsidiar a tomada de decisões dos órgãos competentes;
- Estabelecer sistemas de informação em saúde do trabalhador.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 29

Improcedem as alegações do recorrente.

Morcegos e Edificações Urbanas

Medidas de controle e manejo

A presença de morcegos em edificações, principalmente de insetívoros, pode ocasionar acúmulo de fezes, causando odores desagradáveis e característicos, além de poder causar doenças como as citadas acima. As ações recomendadas para auxiliar na solução de problemas causados por morcegos em áreas urbanas envolvem um monitoramento constante e adequação das edificações para evitar os problemas decorrentes da instalação de colônias. A seguir, são sugeridas algumas medidas que podem auxiliar no controle e manejo de morcegos, aplicáveis nas diversas situações encontradas.

Vedação de aberturas:

Quando não existirem morcegos no telhado, recomenda-se vedar todas as juntas de dilatação de prédios, espaços existentes entre telhas e parede, cumeeiras, pontos de luz, chaminés, bem como qualquer abertura no telhado que possa permitir a instalação de colônias. O revestimento de forros em alvenaria e colocação de vidros ou telas em portas nos porões, também é muito importante para evitar a queda de fezes para o interior das escolas. Segue abaixo orientações de como proceder de acordo com cada caso:

- Telhado - não permita vãos entre as telhas e as paredes com largura superior a 1cm, vedando todas as aberturas com cimento, massa de calafetação ou outro material de vedação; prenda todas as telhas firmemente. No caso de telhas de amianto onduladas, deve-se fechar cuidadosamente os vãos com passarineiras ou telas milimétricas evitando a entrada de morcegos para dentro do forro do telhado.

Já existem no mercado telas especiais para vedar os espaços entre as telhas onduladas e o forro ou chapa de concreto. No entanto, a instalação dessas telas pode se tornar cara, dependendo da disponibilidade de recursos e do tamanho do telhado. Uma alternativa barata é a colocação de garrafas pet nesses vãos.

- Porão, Cisterna e Casa de Máquinas - providencie porta. Se necessário manter ventilação empregue tela de arame com malha inferior a 1,0 cm.

- Vão entre o condicionador de ar e a parede - feche com alvenaria ou madeira pelo lado externo da construção.

- Pontos de luz ou chaminés de aquecedores que se comunicam com o sótão ou forro - isole as arestas com material resistente, como placas de aço.

- Forro ou sótão - prefira utilizar lajes de cimento ao revestimento de madeira para evitar a queda de fezes, restos e animais no interior da escola.

Removendo colônias:

Ao detectar uma colônia de morcegos no forro da escola ou em fendas de paredes, e que seja considerado um risco à saúde da comunidade escolar, utilize procedimentos seguros para expulsá-los e fazer com estes não retornem. A seguir são descritos alguns procedimentos utilizados no mundo inteiro para a retirada dos morcegos em ambientes urbanos que podem ser aplicáveis a construções escolares.

1 - Identifique o local por onde os morcegos entram e saem. A melhor hora para fazer isso é no cair da tarde, pois este é o momento em que os morcegos saem para buscar alimento.

2- Depois de localizar o ponto de passagem, coloque tela ou rede protetora sobre a abertura e vede todos os lados da tela, exceto a parte de baixo, de forma que os que estiverem dentro poderão sair, mas nenhum conseguirá voltar.

3- Outra alternativa, pode ser a instalação de tubos nos locais de entrada dos animais, estes devem ser rígidos (por ex., pvc ou garrafas pet), mas com a extremidade voltada para o exterior revestida por plástico ou tela, de forma que consista numa superfície

maleável, permitindo a saída dos os morcegos, mas impossibilitando o seu retorno. Certifique-se que todas outras possíveis entradas estejam vedadas.

4- Mantenha essas aberturas por uns 10 dias, até que todos os morcegos tenham ido embora. Após esse prazo, feche a abertura, vedando bem.

5- Em locais em que o ponto de passagem dos morcegos identificado é de fácil acesso, é possível realizar a remoção dos indivíduos pelo seguinte procedimento: realizar contagens sucessivas do número de animais que saem pela abertura no final da tarde com auxílio de uma lanterna. Após a saída dos morcegos vedá-la provisoriamente com um tampão. Após 1 ou 2 dias, retirar o tampão antes do final da tarde, para possibilitar a saída dos que permaneceram, vedando novamente a noite. Repetir a operação até que se tenha a certeza de que todos os indivíduos deixaram o recinto e então fechá-la definitivamente. A contagem e o acompanhamento poderão ser feitos em conjunto com alunos voluntários. Em caso superior a 100 é recomendável solicitar o apoio de um especialista em morcegos.

6 - Antes de fazer qualquer um dos procedimentos sugeridos acima, certifique-se de que todos os outros acessos ao abrigo estejam vedados e que não existam filhotes no local. O período de reprodução ocorre de outubro a fevereiro (época das chuvas), quando os pais entram e saem a todo momento em busca de alimento, enquanto os filhotes permanecem no abrigo. Ao vedar a entrada, é comum nessa época permanecerem os filhotes, que morrem lá dentro, deixando um cheiro forte de carniça. Dessa forma, os meses mais indicados para a remoção dos morcegos é de março a agosto, quando todos os filhotes já deixaram o abrigo.

7- Não utilize repelentes químicos. O risco de intoxicação com estes produtos é grande, além, de não serem eficientes para solucionar o problema, pois não há a vedação do local, ocorrendo à ocupação por novas colônias, posteriormente. Além disso, você estará contribuindo para que um morcego intoxicado caia na calçada e possa causar um acidente com crianças, idosos e animais domésticos.

Limpeza dos ambientes após a remoção:

Após a remoção das colônias é necessário realizar a limpeza do local. Ao limpar locais com acúmulo de fezes de morcegos é preciso tomar certos cuidados para evitar a contaminação:

- Proteger o nariz e a boca com pano úmido;
- Utilizar luvas de couro ou de borracha;
- Umedecer bem as fezes com solução desinfetante antes de removê-las, para evitar inalação de poeira contaminada;
- Embalar bem a sujeira removida, para evitar dispersão dos agentes patogênicos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 31

Improcedem as alegações do recorrente.

Em aproximadamente 15% dos pacientes com leptospirose, ocorre a evolução para manifestações clínicas graves, que normalmente iniciam-se após a primeira semana de doença. Nas formas graves, a manifestação clássica da leptospirose é a síndrome de Weil, caracterizada pela tríade de icterícia (tonalidade alaranjada muito intensa - icterícia rubínica), insuficiência renal e hemorragia, mais comumente pulmonar. Pode haver necessidade de internação hospitalar.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 38

Improcedem as alegações do recorrente.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Justiça climática: Programa Bolsa Verde já beneficia mais de 50 mil famílias

Iniciativa brasileira é referência de política pública que une proteção ambiental e combate à pobreza na América Latina e Caribe. O Bolsa Verde concede R\$ 600 por trimestre a famílias que vivem em áreas rurais e se comprometem a utilizar os recursos naturais de forma sustentável e a preservar a floresta, além de ajudar no monitoramento e proteção dessas áreas. Os beneficiários são moradores de unidades de conservação de uso sustentável (Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável), projetos de assentamento ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária (florestal, agroextrativista e de desenvolvimento sustentável) e territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas e outros. Para participar do Bolsa Verde, além de serem moradores das áreas prioritárias do programa, as famílias devem estar com a inscrição atualizada no Cadastro Único para Benefícios Sociais (CadÚnico), ter renda de até meio salário-mínimo per capita e, por fim, assinar o termo de adesão digital, disponível no site do Bolsa Verde (bolsaverde.mma.gov.br) ou pelo aplicativo para os celulares nos sistemas Android e iOS.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 40

Improcedem as alegações do recorrente.

A CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) é um instrumento elaborado pelo Ministério do Trabalho que padroniza e descreve todas as ocupações existentes no mercado de trabalho brasileiro, sendo amplamente utilizada em sistemas de saúde (como o e-SUS), previdência, estatísticas e registros administrativos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XIV do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 28 de maio de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM